O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

A Independência Política do Brasil está inserida num longo e cruciante processo, no qual destinguimos os preliminares e o processo propriamente dito. No primeiro temos ações localizadas; no segundo, mais abrangentes.

Nas preliminares assinalamos as intentonas que envolveram fatos político-sociais, embora em todas elas tenham ocorrido ações relacionadas com conotações econômicas:[1] "Guerra dos Mascates" em Pernambuco no ano de 1711, na qual os exaltados, como Bernardo Vieira de Melo e outros, pregaram a Independência e a República, pelo que pagaram o sonho com a vida; a "Inconfidência Mineira" de 1789, que pregava a Independência, a República, a abolição da escravidão negra, a fundação de universidades e de fábricas, a instituição do Serviço Militar obrigatório, o estabelecimento de prêmio para as mães que tivessem muitos filhos, etc., e resultou no sacrifício de "Tiradentes", que foi enforcado no Rio em 21 de abril de 1792, e teve seu corpo esquartejado e seus restos mortais dispersos pelos caminhos das Minas Gerais — mas é ele, hoje, o "Patrono Cívico da Nacionalidade Brasileira". (Participaram também da intentona, foram condenados e tiveram suas penas comutadas para degredo na África ou Lisboa: Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, José Vaz de Toledo, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Francisco de Paulo Freire de Andrade, Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues, Antônio de Oliveira Lopes, Vitorino Gonçalves, Salvador do Amaral Gurgel, padres José da Silva, Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo, José Lopes de Oliveira, Cônego Luiz Vieira da Silva, Padre Manuel Rodrigues da Costa e Domingos Vidal Barbosa, e os dois Resendes, todos influenciados pela Revolução Americana, pelos Enciclopedistas e pela Maçonaria; quase todos regressaram ao Brasil, sendo que José Resende Costa e Padre Manuel Rodrigues participaram da Constituinte de 1821); a "Inconfidência Fluminense", de 1794 com pequena repercussão; a "Conjuração dos Alfaiates" de 1798 da Bahia, que planejavam proclamar a República, a qual daria a todos — brancos e negros — igualdade de direitos, e foi reprimida com derramamento de sangue (foram fuzilados os soldados Lucas Dantas do Amorim Tavares, Luiz Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, alfaiates João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos e Luiz Pires; escapou de qualquer castigo Cipriano Barata de

Almeida, que depois foi constituinte após a Independência), e foi considerado o primeiro movimento de caráter socialista no Brasil; a seguir temos a "Revolução Pernambucana de 1817", "Marco iluminado do nacionalismo brasileiro, porque em vão procuramos na nossa história motivo de maior glória", consoante Manuel Bonfim, que prossegue: "... revolução essencialmente brasileira, cujas energias foram abatidas pelos sicários do Bragança", e testemunhou farto derramamento de sangue (nela foram fuzilados: padre Roma, Padre Miguelino, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge, e José de Barros Lima, Henrique Rabelo e José Peregrino; escaparam: José Martiniano de Alencar, Muniz Tavares e Antônio Carlos de Andrada, que foram constituintes às Cortes Portuguesas). Em seguida temos o processo propriamente dito, que compreende especificamente fatos político-sociais independentistas e guerras cruentas, com o sacrifício de preciosas vidas.

No âmbito dos fatos político-sociais assinalamos: a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil (1808) acarretando uma série de acontecimentos que estabeleceram o desenvolvimento e o progresso: abertura dos portos, o liberalismo econômico, a ruptura do pacto colonial, a criação de Escolas Superiores, do Banco do Brasil, do Jardim Botânico do Rio de janeiro, etc., a criação do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves* (1815), etc., seguido depois pela Revolução do Porto (1820), com a imposição do regresso de D. João a Lisboa (1821), ficando D. Pedro como regente; e os atos conduzentes à recolonização; a seguir a pressão para o regresso de D. Pedro à Europa, com a expedição dos Decretos que suprimiram a sua liberdade de governo; as reações para a sua permanência,[2] manifesto do Rio de Janeiro, adesão da tropa brasileira, agitações no Rio e o "Fico" de 09 de janeiro, após inúmeras indecisões; nomeação do Ministério sob a Presidência do José Bonifácio, a criação do Exército sob Labatut e da Marinha sob Cochrane; as agitações da Bahia, de Minas e São Paulo, e a Independência com a Separação, proclamada por D. Pedro na colina do Ipiranga em 7 de setembro de 1822 (Após a leitura das Cartas da Princesa Leopoldina e de José Bonifácio que sugeria: "só há dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro às cortes, como estava D. João VI, ou ficar e proclamar a Independência do Brasl, ficando seu Rei ou Imperador. D. Pedro, lida a correspondência das Cortes, atira-a ao chão, pisoteia-a enraivecido e interpela o padre Belchior Pinheiro: "E agora padre Belchior?" Obtendo a resposta: "Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das cortes e talvez deserdado por estas; não há outro remédio senão a Independência e a separação"; caminhando um pouco em direção à sua comitiva, D. Pedro estacou e disse: "Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta, as cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de Rapazinho e de Brasileiro, pois verão agora quanto vale o rapazinho; de hoje em diante estão quebradas as nossas relações, nada mais quero do governo Português e proclamo o Brasil para sempre separado de

Portugal"; já montado, lançando fora o Laço português e atirando-o ao chão, gritou: "laço fora soldados! Viva a Independência pela liberdade e a separação do Brasil"; o príncipe a seguir desembainhou a espada, virou-se, ficando em pé nos estribos: "Brasileiros! a nossa divisa de agora em diante será; "Independência ou Morte")[3]

Prosseguindo, assinalamos as lutas, na Bahia, com tropas portuguesas sob o comando do Gen. Madeira de Melo, a partir de fevereiro de 1822 em que se travaram vários combates, inclusive o de Pirajá-Cabrito, que foi ganho por nossas tropas graças ao expediente do corneteiro Luiz Lopes, que em vez de tocar retirar, como foi determinado, tocou "cavalaria avançar", que foi interpretado pelo de "cavalaria degolar", e os patriotas cantaram vitória depois de 05 horas de feroz entrevero; travaram outros combates até à vitória final em 02 de julho, que é consagrada como data da Independência pelos baianos.

Merecem destaque no plano de glória: Labatut, Lima e Silva (tio Cel. e sobrinho tenente, futuro duque de Caxias), os Regimentos Pedrões, dos Henriques, Cochrane, a mártir Soror Ana Angélica e a heroína Maria Quitéria de Jesus.

E o Nordeste e o Norte? No Ceará não houve problema: Em 1º de setembro de 1822 o povo do Crato rebelou-se contra a Junta Governativa do Ceará e mandou a sua Câmara que se cumprisse o decreto de 03 de junho, marcando as eleições de deputados para o dia 07 de setembro (razão por que é considerada aludida data como a da Independência, antecipando-se ao Grito do Ipiranga). Aos 16 de outubro, reunido em Icó, o Colégio Eleitoral estabeleceu o Governo Temporário em oposição à junta de Fortaleza; aos 21 de outubro, a Câmara do Crato elegeu o Capitão-Mor José Pereira Filgueiras membro do Governo Temporário, o qual assumiu a sua presidência a 19 de novembro, marchou com suas forças para Icó, dominou a junta Portuguesa (Diniz), prosseguiu a marcha sobre Fortaleza onde dominou a junta Portuguesa, após penetrar na cidade triunfalmente e empossou o Governo por ele presidido aos 23 de janeiro de 1823, e estava consolidada a Independência no Ceará"...

O Piauí, o Maranhão e o Pará estavam inteiramente dominados pelos Portugueses.

Em 19 de outubro de 1822, a Vila de Parnaíba (João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias) aderiu à Independência; o Major Fidiê, Comandante das Armas, deslocou-se de Oeiras para a Vila independente, e os independentistas fugiram para Granja no Ceará, onde mobilizaram cerca de 200 homens, inclusive de vilas vizinhas, sob o comando de Luiz Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Leonardo Castelo Branco, invadem o Piauí e travam escaramuças. Aos 24 de janeiro de 1823, os patriotas de Oeiras proclamam a Independência e organizam a junta sob a Presidência de Sousa Martins (futuro Visconde de Parnaíba), e Fidiê retrocede de Parnaíba para Oeiras via Campo Maior; antes de atingir esta, no corte do rio Jenipapo,

surpreende a tropa cearense-piauiense e trava a batalha de 05 horas, da qual saiu vitorioso taticamente,[4] mas perdeu o seu trem de guerra para os Cearenses (Cap. Luiz Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Cap. Alecrim, Cap. José Francisco de Sousa e outros), e, em conseqüência, dirige-se sucessivamente para Estanhado e Caxias, onde luta até ser cercado pelo Exército Libertador e Pacificador (8.000 homens) sob o comando de Pereira Filgueiras, e capitula a 31 de julho de 1823. São Luís já havia capitulado a Cochrane a 28 e o Pará rendeu-se a seguir, com mortes por asfixia, de prisioneiros recolhidos ao porão de um navio... (Capitão John Grenfill).

E podemos cantar epinícios aos heróis Nordestinos que empenharam o conforto e a vida pela consolidação da nossa Independência. Já o fizemos mais de uma vez, mas repitamos, porque são esquecidos: José Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, João Cândido de Deus e Silva, Souza Martins, Simplício Dias, Leonardo Castelo Branco, Luiz Rodrigues Chaves, José Francisco de Souza, Cap. Alecrim e muitos outros.

E concluamos: todo esse "processo foi simbolizado e está contido numa data: 7 de setembro, e num lema: Independência ou Morte", e o seu complemento necessário foi o "07 de abril de 1831, quando o Brasil, por fim, tornou-se brasileiro".

---

1 Assim, não colocamos nas preliminares: o episódio da aclamação de Amador Bueno (1641), a "Conjuração de Nosso Pai" (1666), a "Revolta de Bequimão" (1684), a "Guerra das Emboadas", (1706/1708), a revolta de Pitangui de Minas e de Felipe dos Santos, em Vila Rica, Minas (1720).

2 Ardorosos estimuladores: José Joaquim da Rocha, planejador principal, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Nóbrega da Cunha, Clemente Pereira, José Maria Berquó, Pedro Dias Paes Leme, Martins Francisco, Antônio Carlos de Andrada, Evangelista Saião Lobato e, de uma maneira geral, a maçonaria.

3 Indubitavelmente, D. Pedro I foi o Proclamador da nossa Independência e o elo que impediu o nosso esfacelamento político-geográfico, apesar das dúvidas manifestadas na expedição de farta correspondência hipotecando solidariedade e submissão a D. João VI. E sempre assistido pela prudência, a cultura e experiência de José Bonifácio.

4 Tivemos 200 mortos e feridos e 542 prisioneiros e os oponentes tiveram 80 baixas.

(Proferida no Instituto do Ceará, na Sessão de 04 de setembro de 1984).

BIBLIOGRAFIA:

— História do Brasil — Bloch Editora — 1972.
— Tiradentes — Editora Três — 1973.
— Mosaicos da Independência — Rev. Itaytera — 1983 — Raimundo Teles Pinheiro.
— Fases da Independência — Rev. Itaytera — 1984 — Raimundo Teles Pinheiro.
— D. Pedro I e o Brasil — Ed. 1981 — Evertano Cruz.
— O Visconde de Parnaíba — Ed. do Instituto de Oeiras — Esmarago de Freitas.
— A guerra do Fidiê — 2ª Edição 1974 — Abdias Neves.